



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Mestrado em Direito e Ciências Jurídicas

Ciências Jurídico-Ambientais

Ano lectivo 2023/2024

Unidade curricular

Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente – 2º ciclo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Carla Maria Fermento Amado Gomes

Outros docentes na unidade curricular

Não se aplica

Conteúdos programáticos

Tema do seminário : A simplificação procedimental e o Direito do Ambiente

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

1. Direito do ambiente e emergência climática
2. O objecto do Direito do Ambiente : um bem público, metaestatal e intertemporal
3. A cidadania ambiental: direitos de acesso à informação, participação na tomada de decisão e acesso à justiça
4. Fontes do Direito (Administrativo) do Ambiente: o Direito da União Europeia, o Direito Internacional, a Constituição, a Lei de Bases do Ambiente e (alguma) legislação sectorial
5. Princípios fundamentais do Direito do Ambiente: prevenção/precaução; participação; usuário-pagador; responsabilização/recuperação
6. A simplificação nos procedimentos autorizativos ambientais: contradições insanáveis
7. Instrumentos preventivos: a avaliação de impacto ambiental e os seus múltiplos
8. Instrumentos contratuais e critérios de contratação ecológica
9. Instrumentos sancionatórios: em especial, as contraordenações ambientais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10. Instrumentos reparatórios: o regime de reparação do dano ecológico

Metodologias de ensino

As aulas são predominantemente expositivas até final de Dezembro, sendo o segundo semestre dedicado à apresentação de trabalhos, os quais serão depois vertidos em relatórios.

Elementos de avaliação e respetiva ponderação

O mestrado científico caracteriza-se pela vertente de investigação, entregue ao aluno e monitorizada pelo docente. Os alunos são despertados para temas de investigação a partir dos tópicos expostos e sumariamente desenvolvidos nas primeiras aulas.

São fornecidas linhas de pesquisa, indicações metodológicas, parâmetros de exposição e redacção, bem como sugestões práticas quanto à elaboração dos relatórios escritos.

Após a escolha dos temas por cada aluno, procede-se à calendarização das exposições individuais, de 50 minutos, seguidas de debate crítico.

Bibliografia principal

Sugestões de Bibliografia Estrangeira

DRAGOS, Dacian, Polonca KOVAC e Hanna TOLSMA (coord.), **The sound of silence in European Administrative Law**, Palgrave/Macmillan, 2020 (<https://doi.org/10.1007/978-3-030-45227-8>)

FISCHER, Thomas B, e outros, **Simplification of environmental and other impact assessments – results from an international online survey**, *Impact Assessment and Project Appraisal*, 2023 (DOI: 10.1080/14615517.2023.2198839) — <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14615517.2023.2198839>

OPDEBEEK, Ingrid e Stéphanie DE SOMER, **The duty to give reasons in the European Legal Area: a mechanism for transparent and accountable administrative decision-making? A comparison of Belgian, Dutch, French and EU Administrative Law** (2016) — DOI 10.4467/24497800RAP.16.001.5094

RUGE, Reinhard, **The Reality Gap: Simplification of Environmental Law as Key for the Acceleration of Permit Procedures for Europe's Green Deal**, in *European and Environmental Law Review*, Vol. 31, 2022, pp. 258 segs (<https://doi.org/10.54648/eelr2022018>)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Sugestões de Bibliografia nacional:

AMADO GOMES, Carla,

- **Introdução ao Direito do Ambiente**, 5ª ed., Lisboa: AAFDL, 2022
- **Textos dispersos de Direito do Ambiente**, vol. I, II, III e IV (edições AAFDL)
- **Direito do Ambiente - Anotações jurisprudenciais dispersas**, 2ª ed., livro digital do ICJP, Lisboa, 2016 - disponível em <http://icjp.pt/publicacoes/pub/1/11488/view>
- **Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente**, Lisboa, 2007 — versão digital disponível aqui: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/Risco&modificação.pdf>
- SILVEIRA, João Tiago, **A simplificação administrativa no Código do Procedimento Administrativo**, in *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, I, Carla Amado Gomes, Ana F. Neves e Tiago Serrão (coord.), 6ª edição, Lisboa: AAFDL Editora, 2023, pp. 232 segs
- TRAVADO REIS, Ricardo, **O deferimento tácito à prova: uma análise ao regime previsto em instrumentos preventivos ambientais**, Dissertação de mestrado em Direito Administrativo sob orientação do Prof. Doutor Armando Rocha, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), Maio de 2021 — disponível aqui: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/35979/1/202786692.pdf>

AA.VV.

- **Tratado de Direito do Ambiente**, Vol. I, coord. de Carla Amado Gomes e Heloísa Oliveira, Lisboa: CIDP/ICJP, 2ª ed., 2022 — livro digital disponível aqui: <https://lisbonpubliclaw.pt/publications/tratado-de-direito-do-ambiente-vol-i>
- **O regime de prevenção e reparação do dano ecológico: o balanço possível de dez anos de vigência**, Actas do colóquio, coord. de Carla Amado Gomes e Rui Tavares Lanceiro, no âmbito do ICJP, Lisboa, 2019 — livro digital disponível em www.icjp.pt
- **Revisitando a avaliação de impacto ambiental**, livro digital do ICJP, Lisboa, 2014 - disponível em <http://icjp.pt/publicacoes/pub/1/4539/view>
- **A responsabilidade civil por dano ambiental**, livro digital do ICJP, Lisboa, 2010 - disponível em <http://icjp.pt/publicacoes/pub/1/737/view>